

Projeto: Construindo um Judiciário responsivo: Projeto CAPES (CNJ)

Entrevistado: Ruth Carvalho

Entrevistadores: Tânia Rangel, Leandro Molhano

Local da entrevista: Belo Horizonte

Data da entrevista: 24 de setembro de 2013

Transcrição: Ana Paula Nunes

Conferência de fidelidade: Leonardo Sato

Revisão do texto: Maria Elisa Rodrigues Moreira

Tânia Rangel - Primeiramente queria agradecer à doutora Ruth por estar nos concedendo esta entrevista e a gente começa com a senhora nos dizendo seu nome completo, filiação e data de nascimento.

Ruth Carvalho - Obrigada, é um prazer participar desse projeto que eu entendo de muita importância. Ruth Lies Scholte Carvalho. Sou nascida em Ouro Preto, então bem mineira, mineira da gema, mas meu pai era holandês, Henrique Scholte, minha mãe brasileira, Ruth Ventrillo Scholte. Fiz os meus primeiros anos de escola na cidade de Caeté, onde meu pai foi diretor de colégio, e depois vim na adolescência para Belo Horizonte. Aqui me formei em Direito pela faculdade federal e em Filosofia pela Faculdade de Belo Horizonte. Desde os meus tempos de estudo minha vocação era o Ministério Público. E fiz o concurso.

Tânia Rangel - Ah, que bom. E quando a senhora faz a Faculdade de Direito aqui na UFMG¹ foi logo no início do Regime Militar, não é? Principalmente depois do AI-5², [risos] não é? E como foi fazer Direito num período sensível, vamos assim dizer, da democracia?

Ruth Carvalho - É, a minha época de faculdade foi esquentada pelos movimentos estudantis, não é, os estudantes, em especial os de Direito, iam para a rua, para as manifestações, e era a repressão, isso eu acho que foi importante para nos ensinar a agir e reagir.

Tânia Rangel - A senhora chegou a participar dessas movimentações?

Ruth Carvalho - Ah, com certeza, com certeza. [risos]

Tânia Rangel - Aqui na UFMG, qual é o nome da associação estudantil? Na UFRJ³ sei que é o CACO, que é o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira. Aqui...?

¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

² Ato Institucional nº 5.

Ruth Carvalho - No meu tempo era o...

Tânia Rangel - Ele chegou a ser fechado também, não foi?

Ruth Carvalho - Foi, foi. Foi porque havia figuras muito expressivas na Faculdade de Direito, que realmente representavam muito bem essa reação à ditadura. Então foi um importante órgão de movimentação estudantil.

Leandro Molhano - Na Faculdade de Direito e na de Filosofia, também?

Ruth Carvalho - Não, a Filosofia não. Filosofia... Belo Horizonte...

Leandro Molhano - Era a do Santo Antônio⁴, não é?

Ruth Carvalho - Não, ela era no Lagoinha.

Leandro Molhano - Ah, bom, não era a federal.

Ruth Carvalho - Era particular, não era federal, não. Lá era mais calma, até porque os estudantes do curso noturno tinham menos disponibilidade de tempo. Na Faculdade de Direito, em geral, a turma que estudava de manhã...

Tânia Rangel - Teve mais tempo, não é?

Ruth Carvalho - Trabalhava em meio horário, às vezes nem trabalhava.

Tânia Rangel - E nesse período da faculdade, a senhora chega a fazer algum estágio, a trabalhar?

Ruth Carvalho - Só respondendo, era o CAAP⁵.

Tânia Rangel - Ah, CAAP.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁴ No início da década de 1960, a Faculdade de Filosofia foi instalada em um prédio no bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte.

⁵ Centro Acadêmico Afonso Pena.

Ruth Carvalho - Afonso Pena.

Tânia Rangel - Ah, é o Centro Acadêmico da faculdade.

Ruth Carvalho - Afonso Pena.

Tânia Rangel - E algum colega da época de faculdade que continua até hoje, ou alguém da turma que a senhora continua em contato?

Ruth Carvalho - Alguns que foram colegas aqui no Ministério Público, alguns advogados que ainda encontro, alguns que seguiram outras carreiras, apesar de terem cursado Direito.

Tânia Rangel - E a senhora diz que sempre teve uma vocação para o Ministério Público. O que é vocação para o Ministério Público?

Ruth Carvalho - Primeiro, uma vocação social. Porque antes de tudo o promotor de Justiça tem que ter essa vocação de servir à sociedade. Ele é um defensor da sociedade. Bem, bem antigamente ele era o promotor de júri, ele era o promotor da acusação. Hoje, não. Hoje as atribuições de [19]88, a Constituição de [19]88, é uma Constituição cidadã, e ele hoje é um defensor do cidadão, dos direitos difusos, meio ambiente, menor, idoso, saúde, educação. Então ele é um defensor da sociedade e essa... Tem que ter esse perfil para conciliador também, porque hoje a maior parte das ações não são ajuizadas, elas são resolvidas num consenso, diminuição de conflito, então esse tem que ser um perfil.

Tânia Rangel - A senhora entra no Ministério Público em 1983... Não...

Ruth Carvalho – [19]84.

Tânia Rangel - Não, participou do de [19]83 e entra em [19]84.

Ruth Carvalho - Isso, isso.

Tânia Rangel - Já acompanhando também esse processo de democratização do Brasil.

Ruth Carvalho - Exatamente, e a Constituição vem quatro anos depois.

Tânia Rangel - Quatro anos depois, e muda bastante o papel institucional do Ministério Público, não é?

Ruth Carvalho - Inteiramente, inteiramente.

Tânia Rangel - E como a senhora sentiu isso, dentro da instituição?

Ruth Carvalho - Essa adaptação nós sentimos assim: “Será que o Ministério Público vai conseguir desempenhar isso tudo que a Constituição pede para o Ministério Público?” Era um desafio muito grande. E aos poucos a gente foi vendo que conseguia, sim, que a instituição tinha que se fortalecer, os próprios promotores fortalecendo essa instituição, que era um trabalho de grupo. Não é? Aqui dentro não dá para ter individualidade. A instituição é o nosso principal foco e o foco da instituição é o cidadão. Então, creio sim. Tanto conseguiu que o exemplo é a PEC⁶ 37. Que queria cortar parte das nossas atribuições porque elas são ativas e elas melindram aqueles que não querem uma legalidade e um direito.

Tânia Rangel - Dentro do Ministério Público, óbvio, como em todo concurso, em quase todo no Brasil, uma vez aprovado você vai primeiro para as cidades que não são da capital, não é?

Ruth Carvalho - Menores.

Tânia Rangel - São cidades menores, e depois com a progressão da carreira...

Ruth Carvalho - Intermediárias, finais e depois a capital. E depois a Procuradoria de Justiça.

Tânia Rangel - Sim, aqui no Ministério Público a senhora é uma, só para a gente deixar registrado, uma profissional de carreira, então passou por todas essas *entrances*, vamos colocar assim, e instâncias no Ministério Público e teve uma atuação muito grande também na Corregedoria. A senhora chegou a atuar dentro da Corregedoria, também, no Ministério.

Ruth Carvalho - Isso, isso.

⁶ Proposta de Emenda à Constituição.

Tânia Rangel - Esse trabalho na Corregedoria ajudou no CNJ⁷?

Ruth Carvalho - Acho que foi uma das características que ajudaram na nomeação, porque eram 26 procuradores dos demais estados, dos demais Ministérios Públicos, não é? E apesar de eu não ter contatos políticos em Brasília e nem em tribunal, meu nome foi escolhido. E acho que essa passagem pela Corregedoria, minha atuação como corregedora do Ministério Público foi um dos marcos também, um dos pontos decisivos.

Tânia Rangel - Como foi essa atuação na Corregedoria?

Ruth Carvalho - Para mim, muito tranquila... o cargo de Procurador-Geral, por exemplo, sempre rejeitei, porque gosto da atuação interna, não gosto muito da representatividade externa. Eu gosto interna. E achei que foi muito tranquila. Na minha época como corregedora implantei uma cultura nova de perguntar antes de errar. De pedir ajuda antes de errar. Então, mostrando ao Promotor que todo mundo tem o direito de errar e ele é humano, mas que se ele buscasse ajuda antes disso ele facilitaria até mesmo o trabalho da Corregedoria, que não precisaria atuar depois, não é, penosamente, depois. E isso foi uma abertura que deu um resultado muito positivo. Essa cultura permaneceu, continuou com os demais corregedores.

Tânia Rangel - E como... Porque assim, na magistratura a gente sempre recebeu e ouviu muita crítica em relação à Corregedoria da magistratura. Que é uma Corregedoria que não pune, que tem esse receio de cortar na própria carne. Há até alguns trabalhos de juízes e desembargadores falando que é muito complicado, é muito difícil você julgar não um magistrado por ser um magistrado, mas porque, além de magistrado, ele acaba às vezes sendo um amigo. Então a imparcialidade, a objetividade, num momento desses, elas não ficam tão presentes. No Ministério Público é parecido?

Ruth Carvalho - Essas dificuldades todos temos, até pela característica de seres humanos. Mas aqui não tenho sentido, na Corregedoria, esse obstáculo, não. É dificuldade, mas não é obstáculo. Acho que o Ministério Público tem, a Corregedoria tem atuado, sim, porque acho que a princípio, se o promotor ainda é substituto, se ele ainda não está vitaliciado, é para o próprio bem dele. Porque ele vai ter uma carreira crescente. E já que é uma instituição cidadã, o cidadão tem esse direito, de ter uma atuação funcional, objetiva, séria, moralizada. Então o Ministério Público tem atuado, sim.

Tânia Rangel - E a Corregedoria atua mais em cima dos substitutos, ou...

⁷ Conselho Nacional de Justiça.

Ruth Carvalho - Não, de todos.

Tânia Rangel - Ou não? É indistinto. Inclusive para procurador, e tudo?

Ruth Carvalho - Todos. Todos.

Tânia Rangel - Ela tem alcance para todos?

Ruth Carvalho - Todos, todos, é um órgão moralizador e fiscalizador e tem uma atuação generalizada.

Tânia Rangel - E quando a senhora decide se candidatar para o CNJ, qual era a expectativa? Não da sua candidatura em si, mas do que seria o órgão? Porque ele é criado, é a primeira gestão, então não havia uma referência, não havia o que seria ali, não é?

Ruth Carvalho - Ele não tinha nem uma definição.

Tânia Rangel - É, exato.

Ruth Carvalho - Nós fomos verdadeiros aventureiros, mesmo. Nós, membros da primeira constituição. Acho que todos imbuídos com o mesmo propósito, porque o Judiciário não era nem conhecido, não é? Não tinha um órgão administrativo. Tinha o Supremo, o Superior, que eram revisores da parte jurídica, das decisões, mas não da administração. Cada tribunal era uma ilha. Cada Tribunal de Justiça em cada estado era uma ilha e a supremacia administrativa, absoluta. Você não conhecia o Judiciário brasileiro administrativamente. Então este era o grande objetivo: que o Judiciário fosse conhecido e que ele, a partir disso, tivesse normas de administração mais ou menos homogêneas, respeitadas as diferenças de cada estado e de cada cultura, mas que tivesse um norte administrativo. E que essas administrações também fossem moralizadas e fiscalizadas, porque elas não podiam agir como ilhas, independentemente. A Justiça brasileira, o Judiciário brasileiro é um todo. Então esse era um foco. E havia demandas populares muito flagrantes à época, porque os salários tinham uma série de chamados penduricalhos. Cada tribunal tinha um acréscimo com uma denominação diferente que acabava gerando certas anomalias, que não eram fiscalizadas, não eram vistas. É... outra coisa que grassava até por cultura, não por vontade de errar, era o nepotismo. Porque eram principalmente os Tribunais que a Magistratura de segundo grau tanto...

Tânia Rangel - É, só para registrar, a gente está falando dos tribunais de justiça estaduais, não é?

Ruth Carvalho - Estaduais, é. Mas, em geral os tribunais, mesmo na área federal. Com certeza os estaduais eram mais distantes dessa centralização, tinham maior facilidade para isso. E o nepotismo grassava porque, pela vontade de ter alguém da sua confiança, se acabava levando para o gabinete a mãe, o irmão. Isso impedia o cidadão comum de também ter aquela oportunidade. Então o nepotismo era uma chaga que precisava ser... E quando fui para o CNJ, tive muita tranquilidade de resolver essa matéria, de trabalhar essa matéria, porque o Ministério Público de Minas já tinha acabado com o nepotismo, não existia mais nepotismo aqui.

Tânia Rangel - Quando o Ministério Público de Minas faz isso? A senhora se lembra?

Ruth Carvalho - Ah, uns três ou quatro anos antes da minha ida para o CNJ.

Tânia Rangel - Em 2002, então, por aí.

Ruth Carvalho - É. Então... Pois não.

Leandro Molhano - Eu queria voltar um pouquinho, depois a gente pode retomar esse ponto da agenda do CNJ. Queria só retomar um pouquinho da nomeação, como foi o processo? E também tem a questão da sabatina. Como foi todo esse processo até chegar ao CNJ?

Ruth Carvalho - Bom, é... Eu não tinha a menor pretensão, a princípio, ao CNJ. Tive muito sempre meu pezinho no chão. E fui convidada pelo dr. Jarbas, que era então procurador nosso, Procurador-Geral do Ministério Público, ele me convidou: “Nós precisamos de uma representação e de candidatar a nossa representação ao CNJ. Você foi corregedora, teria o respeito, a experiência, de uma fiscalização, de uma administração, você podia se candidatar em nosso nome.” Pensei um pouco, falei: “Mas eu não conheço o CNJ”. E ele falou: “Ninguém conhece. É uma aventura, ninguém sabe se vai dar certo e todo mundo vai lutar para dar certo”. Não é? E como o Conselho Nacional do Ministério Público também estava sendo criado e tinha uma oposição, assim, de uma quase totalidade do Judiciário, como tinha do Ministério Público em relação ao Conselho, porque ninguém sabia de onde viria essa fiscalização.

Leandro Molhano - Sim.

Ruth Carvalho - Nós temos independência funcional e temos autonomia para trabalhar. A gente não sabia até que ponto isso seria respeitado pelos conselhos. Então a gente já teria essa primeira oposição interna. Ninguém entendia como um órgão interno de fiscalização e administração, entendia como um órgão externo com ingerência interna.

Leandro Molhano - Um controle...

Ruth Carvalho - É. E pensei, não fujo muito de desafios, não. [risos] Então inscrevi meu nome. Aqui eu tive acolhimento, porque passa pelo acolhimento institucional para depois ser levado ao Procurador-Geral da República. E fui. Dr. Jarbas me acompanhou, o Procurador-Geral da República estava numa reunião no Supremo.

Tânia Rangel - Era o [Cláudio Lemos] Fonteles, não é?

Ruth Carvalho - Era o Fonteles, falei com ele, apresentei meu currículo, tivemos uma breve fala. Quando cheguei em Belo Horizonte à noite recebi a notícia de que ele já tinha me indicado. Aí era passar pela sabatina. E uma sabatina à época muito política, porque...

Tânia Rangel - Sim. Era. O momento da sabatina foi um momento muito delicado, não é?

Ruth Carvalho - Foi, muito delicado...

Tânia Rangel - Para todos, porque foi no momento da Revolta do Baixo Clero ali no Congresso.

Ruth Carvalho - Exatamente.

Tânia Rangel - Até o Sérgio Renault, que seria indicado, não aceitaram, e então vai o Alexandre [de Moraes]...

Ruth Carvalho - O Alexandre foi rejeitado na primeira Comissão e depois no Plenário foi acolhido, exatamente por problema político, ele era ligado ao PSDB⁸ de São Paulo. Eu não tinha nenhuma ligação política, mas temia até pela falta dela. Não é? E, para surpresa minha, depois do [Nelson] Jobim, eu fui a mais votada. [risos] Pelo menos na Primeira Comissão. E achei...

⁸ Partido da Social Democracia Brasileira.

Leandro Molhano - E foi tranquilo?

Ruth Carvalho - Achei até tranquilo demais. Achei que a sabatina poderia ter sido mais intensa, sabe. Senti muita facilidade em termos de sabatina. E os mais questionados foram o [Joaquim de Arruda] Falcão [Neto] e o Alexandre. E o Jobim, obviamente, porque era o presidente do Supremo. Mas, a partir daí, com essa aprovação, eu, assumimos e começamos a trabalhar.

Leandro Molhano - E como era a agenda inicial do CNJ? Havia muitas discussões? Como eram as discussões? A questão, talvez mais concreta, o nepotismo, como é que isso entra na agenda?

Ruth Carvalho - Bom, é... Foi distribuída a matéria porque era uma demanda popular, não é? E o Jobim queria muito discutir isso, também. O Jobim, embora tenha sempre quem o ame e o odeie, teve uma importância muito grande para o CNJ no primeiro momento. Porque ele queria muito o CNJ, ele queria muito que o CNJ desse certo. E ele, como presidente do Supremo, sustentou todas as nossas decisões nos recursos levados ao Supremo. Ele manteve as nossas decisões, nós não tivemos nenhum julgamento de inconstitucionalidade de decisão desse primeiro momento do CNJ. Então isso deu uma força. O CNJ teve força em relação ao Judiciário e internamente, também. Nós ficamos mais conscientes de que podíamos realmente discutir, de que estávamos num caminho certo. E éramos Ministério Público, federal e estadual, era Câmara e Senado, era OAB⁹, eram magistrados de primeiro e de segundo grau das mais diversas especialidades, e todos com uma formação cultural dentro dos seus órgãos um pouco diversificadas. Mas todos, na época, isso foi muito importante, voltados para a mesma finalidade. Isso eu senti, um grupo muito homogêneo em termos de objetivo dentro do CNJ. Então discutimos muito, sim, a princípio com algumas decisões principalmente dos juízes e dos desembargadores de segundo grau ali dentro, porque sabiam que a classe dificilmente ia aceitar nepotismo, por exemplo. Não é? Haveria dispensa de muita gente dos tribunais, então esvaziaria o serviço, também, e para uma recomposição que não seria muito imediata. Isso tudo foi muito discutido, até que se decidiu. “Não tem como adiar, nós temos que encarar isso”, e foi decidido que nepotismo não seria mais tolerado.

Tânia Rangel - Essas decisões ou esses momentos de reunião para essa discussão aconteciam onde?

⁹ Ordem dos Advogados do Brasil.

Ruth Carvalho - Algumas matérias que seriam discussões mais pesadas, de consenso um pouco mais complicado, às vezes a gente fazia antes do plenário. Nós íamos para Brasília tipo no domingo à noite, para as reuniões na terça, e ali ficávamos no final de semana para discutir. Então alguns de nós praticamente moravam em Brasília. Principalmente aqueles que tinham o CNJ como exclusividade na função. E discutíamos fora para acertar até a forma de debater e de contrariar o conceito de um ou de outro. A gente já discutia antes para que fosse mais objetiva a reunião do Conselho.

Tânia Rangel - A sessão, não é?

Ruth Carvalho - A sessão. Porque também ela seria assistida e as pessoas não estariam ali com tempo para ficar escutando debates que não levariam a nada.

Tânia Rangel - E quando começa o CNJ, qual era a estrutura que vocês tinham para trabalhar?

Ruth Carvalho - Nenhuma. [risos]

Tânia Rangel - Como funcionava?

Ruth Carvalho - Eram mandados emprestados pelo Supremo, eram funcionários emprestados pelo Supremo. Até aí a autonomia ficava um pouco restrita, e... Mas até os servidores, muito bem intencionados, sabe, muito bem motivados. Não tínhamos assessoria nenhuma, fazíamos os nossos votos, digitávamos, levávamos, discutíamos. Essa estrutura dificultava, obviamente, mas não impediu.

Tânia Rangel - E a sala era como? Dividia a sala com alguém? Porque no começo teve isso, não é?

Ruth Carvalho - Sim, éramos dois em cada gabinete.

Tânia Rangel - Isso. A senhora chegou a dividir sala com quem?

Ruth Carvalho - Com o Ministério Público Federal, porque pelo menos ficaria na mesma área. Mas com qualquer deles dividiria sem problema, porque era um grupo muito harmônico, um grupo muito bom.

Leandro Molhano - A estrutura muito pequena, muita dificuldade, mas uma demanda, uma expectativa também muito grande.

Ruth Carvalho - E a corrida ao CNJ, na primeira formação, ela foi incrível, porque as pessoas não sabiam qual era a atribuição do CNJ. Então toda a matéria correcional, até a parte de mérito, que não cabia ao CNJ decidir, caberia recurso aos tribunais superiores, era levada para o CNJ. Então, além daquela seleção do que era matéria, às vezes ainda vinha para a gente alguma coisa que o voto tinha que ser todo ele voltado, que não era atribuição. Às vezes até a gente mesmo discutiu o limite dessa atribuição, onde é que acabava a parte meramente jurídica, onde é que acabava a falha funcional do juiz, onde é que começava a parte administrativa. Então nós mesmos tínhamos dificuldade de definir essa atribuição do CNJ. E a sociedade esperando que a gente decidisse tudo, que todos os problemas fossem resolvidos. Então foi uma época...

Tânia Rangel - E como lidar com essa pressão e com essa expectativa? Ou era só uma expectativa e não era pressão? Talvez...

Ruth Carvalho - Não, havia pressão, também. Então, havia pressão também porque você ia fazer correições em tribunais de justiça, porque as demandas muitas vezes eram no sentido de que havia improbidade.

Leandro Molhano - Havia na agenda política a questão de corrupção, caixa-preta...

Ruth Carvalho - Exatamente. Ninguém conhecia. Então era mais difícil investigar. Você precisava investigar com maior amplitude. Hoje o CNJ conhece muito bem o Judiciário. Hoje há um levantamento maravilhoso, as políticas são muito bem direcionadas, mas antes você tinha que investigar tudo, tudo era possível acontecer. E você tinha, sim, você sofria muitas pressões.

Tânia Rangel - E como faz essa investigação? Sem pessoal, sem o conhecimento do que você vai investigar, ou seja, pronto para uma surpresa, sem ter... E você precisa estar com tudo pronto para lidar com o que vai encontrar?

Ruth Carvalho - Nós íamos a campo, nós visitávamos o tribunal. Muitas vezes, dependendo das denúncias, fiz uma correição, por exemplo, no Tribunal da Bahia, onde era a minha sede na Justiça Federal. Ali montei um gabinete para ouvir testemunhas, ouvir pessoas.

Tânia Rangel - Para que não houvesse esse choque institucional, não é?

Ruth Carvalho - É. Embora não tenha sentido nenhuma pressão objetiva, fui até muito bem acolhida pelo Tribunal da Bahia, mas a princípio até a segurança era da Justiça Federal, porque a gente não conhecia o solo em que estava pisando, ainda. Então essa investigação sempre tinha que ir a campo, mesmo, o conselheiro e depois...

Tânia Rangel - E levava quem? Levava algum assessor? Chamava alguém para ajudar?

Ruth Carvalho - Um juiz, assessor ou da Corregedoria, acompanhava. Nesse Tribunal da Bahia nós já tínhamos uma assessoria, que era indicada por nós mesmos. Eu tinha uma assessora aqui de Minas [Gerais], que foi minha assessora que levei para lá e hoje é assessora no CNJ, nunca mais voltou. [risos] Porque a experiência que ela conseguiu e a nossa jurisprudência serviu muito bem para o sucessor e para o outro, e hoje o representante do Ministério Público não abre mão dela. É a dra. Adriene Domingues. E nessa da Bahia ela já me acompanhou.

Tânia Rangel - Na Bahia teve um, não sei se foi nessa auditoria, que descobriu a maneira do... a forma de pagamento dos Magistrados, que era feita por uma fundação. Foi nessa auditoria?

Ruth Carvalho - Não foi na minha auditoria, não. A minha auditoria visava recebimento de presentes e propinas, alcoolismo e algumas denúncias dessa natureza. Fizemos uma no Maranhão também, que dizia respeito à administração mesmo. Havia sempre... Presidentes que já estavam à véspera de aposentar, para que um administrador sempre administrasse, porque eles já não mexiam nada. iam aposentar, mesmo, não teriam interesse em modificar nada. Então essa administração perpetuava-se, e entrava e saía presidente, então fomos também ao Maranhão para fazer esse trabalho.

Tânia Rangel - E quando chegava para fazer essas, vamos dizer assim, sindicâncias nos tribunais, havia alguma opressão local? Ou então alguma cooperação local?

Ruth Carvalho - É. Cooperação, a princípio, era aquela formal, você não sentia uma... Aliás, a gente não sentia, na realidade, uma acessibilidade por parte do tribunal de segundo grau, magistratura de segundo grau, não. De primeiro grau sim, porque eles eram contrários ao nepotismo, que normalmente acontecia no segundo grau. Os subsídios, os salários cheios de vantagens eram maiores no segundo grau do que no primeiro, então o primeiro grau apoiava o CNJ

com muita firmeza. A posse do presidente da Associação de Magistrados do Recife, quem fez a palestra da posse fui eu, Ministério Público e CNJ. E não compareceu nenhum desembargador para a posse. [risos] Muitas vezes eu, aqui, em posse de presidente do tribunal... E um caso mesmo emblemático, apesar de o membro do CNJ se equiparar ao ministro do Superior Tribunal, não fui convidada para a mesa principal, mas para uma secundária. E no discurso, metade do discurso, foi acabando com o CNJ e eu lá para assistir. [risos] Então, às vezes, a gente ficava até constrangido de ir, de frequentar, ainda que do seu estado, porque você sabia que ia causar um certo mal-estar.

Tânia Rangel - Mal-estar. E havia algum apoio de outras instituições, por exemplo, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça ou a AGU¹⁰?

Ruth Carvalho - Sempre que solicitados nós íamos. No Tribunal de Contas, até a auditoria do Tribunal de Contas nos ajudou muitas vezes nessas pesquisas, nessas correições. A OAB também sempre esteve assim, porque ela também batalhou muito pelos conselhos, pela instalação dos conselhos.

Tânia Rangel - E a OAB ajudava como?

Ruth Carvalho - No apoio, mesmo, nas manifestações que nos davam uma representatividade boa, porque... Os seus membros na época também trabalhavam conosco, assim, com muito afinco, não é, que eram conselheiros.

Tânia Rangel - E com o Supremo, havia alguma relação? Chegava a ter?

Ruth Carvalho - Não. No Supremo, no primeiro momento era de total rejeição também, porque eles também sentiam que era um órgão de intromissão. Porque o Supremo era o poder absoluto na magistratura, e de repente ele não era absoluto. Porque na área administrativa havia um órgão que revisava em último grau, os recursos das nossas discussões eram só para o Supremo. Então, até no Superior a gente tinha uma decisão absoluta. E dividir poder, embora o administrativo não fosse deles, eles não tinham essa função administrativa, dividir poder é difícil em qualquer área. E era uma intromissão, eles também não entendiam o CNJ como controle interno. Eles entendiam como controle externo porque era uma composição híbrida. Ela tinha magistratura, Ministério Público, Senado etc., homens, cidadãos de conduta ilibada e alto poder, de conhecimento jurídico, que não eram da magistratura, isso também causou um choque. Mas o Jobim foi um ponto importante nisso

¹⁰ Advocacia-Geral da União.

porque ele traduzia dentro do Supremo os nossos motivos, os nossos fundamentos, para manter nossas decisões como postas.

Leandro Molhano - Eu só queria perguntar. Com o passar do tempo a senhora sentiu que a resistência foi diminuindo? E se sim, o que pode ter contribuído? O Jobim deve ter contribuído, mas mais o quê?

Ruth Carvalho - Depois até as nossas decisões, através das nossas decisões, foram as primeiras, mesmo em relação ao subsídio. Em relação ao nepotismo a magistratura foi vendo que a nossa intenção não era uma ditadura, não era um controle que tirasse a autonomia e a independência, era moralizadora, mesmo. E que a Corregedoria não estaria ali, no CNJ, para “caça às bruxas”, ela seria supletiva. Não havendo uma atuação da Corregedoria local, os problemas eram levados para a Corregedoria. E com isso a matéria também de nepotismo, subsídio, foi caindo na normalidade, os problemas que muitas vezes eram postos em resolução a gente reestudava quando via que era, por exemplo, a acumulação do que a gente chama de salário, subsídio, como, por exemplo, uma pensão por morte. Um juiz que já tinha o seu subsídio, que aquele subsídio estava muito próximo do teto, que passou a ter um teto, obediência a esse teto com todos os recebimentos. Ele... A princípio ele não poderia receber uma pensão por morte de um marido juiz, ou um marido ou uma mulher promotora ou juíza, porque eram duas fontes de renda públicas que, somadas, ultrapassavam o teto. Até que se assentou para discutir e se viu que não seria possível acumular fontes de uma mesma relação do indivíduo com o poder público, mas de outro que contribuiu a vida inteira para aquilo, era um legado. Por que o cidadão comum podia ter um salário mais...

Tânia Rangel - A pensão.

Ruth Carvalho - A pensão, e no caso ficaria prejudicado o membro do Ministério Público ou da magistratura nesse sentido? Então as coisas a princípio eram decididas com extrema legalidade, depois interpretava-se dentro da normalidade. E essas adaptações, isso tudo foi levando a uma sensação, a uma certeza de que o CNJ veio para acrescentar e não para...

Tânia Rangel - Dentro do CNJ, logo no começo, o Ministro Jobim preocupado em mostrar serviço, ou seja, mostrar para que o órgão veio, ele dividiu todos vocês em comissões.

Ruth Carvalho - Sim, sim.

Tânia Rangel - Cada uma, em geral, formada por dois conselheiros.

Ruth Carvalho - Sim, é.

Tânia Rangel - A senhora ficou...

Ruth Carvalho - Dois ou três.

Tânia Rangel - Dois ou três, isso. A senhora ficou em qual comissão?

Ruth Carvalho - A minha comissão teve um papel até pouco atuante porque não foi muito de interesse administrativo à época. Os tribunais vivem muito de verba estadual, no caso dos tribunais estaduais. E alguns já viviam de renda dos seus serviços. Por exemplo, o Tribunal do Rio já não vivia exclusivamente. Então a minha função ali, a nossa, que era da comissão, era pesquisar em relação a todos os tribunais como isso era feito em cada um dos tribunais e tentar um meio em que os tribunais sobrevivessem sem contar exclusivamente com a renda do poder público. E fizemos esse levantamento total. Um membro da Comissão era do Tribunal do Rio.

Tânia Rangel - Era o dr. Marcus [Antônio de Souza] Faver?

Ruth Carvalho - Era o Faver, é. E não houve muito interesse da própria magistratura, a coisa ficou um pouco... e ali ela ficou limitada às iniciativas. E eu saí, não sei como a coisa foi discutida depois.

Tânia Rangel - E nesse momento, porque a gente entrevistou também o dr. Marcus Faver, nesse momento em que se pensa numa, vamos assim dizer, numa autonomia orçamentária, para o Judiciário, se por um lado, e no Rio a gente vê muito isso, o fato de o tribunal viver com recurso próprio, dá a ele uma autonomia que os outros tribunais de justiça estaduais não têm. Mas, por outro lado, os que não têm gostariam de ter. A dificuldade encontrada na Comissão foi fazer essa interlocução com os tribunais ou com o poder político? Porque isso passa por uma reforma na Constituição do estado.

Ruth Carvalho - Com os tribunais, em especial, principalmente aqueles de estados menores, que essa renda, que o seu trabalho não seria suficiente para tanto. Com aqueles que já tinham. Então a interlocução foi pior dentro dos próprios tribunais. Não houve uma vontade política interna para que isso funcionasse. E muitos até hoje não têm, vivem da verba.

Tânia Rangel - Pelo fato de a senhora ser do Ministério Público e estar no começo do Conselho Nacional de Justiça e também do Conselho Nacional do Ministério Público, a senhora fazia também essa interlocução com o CNMP¹¹? Ou não?

Ruth Carvalho - Não, o CNMP não tinha à época uma interlocução com o CNJ. Cada um buscava se firmar, mas sem ainda essa interlocução. Hoje há muita. E o Ministério, o Conselho do Ministério Público não tinha na presidência à época essa força que era dada pelo Jobim e pelo Supremo, então o CNMP andou um pouco mais lentamente. Ele se espelhava muito ainda nas decisões do CNJ para tomar as suas decisões, porque sabia que aquelas não seriam modificadas pelo Supremo, não seriam tidas como inconstitucionais. E nós não tivemos um fator que o próprio CNMP tinha, que o próprio presidente às vezes arguia a inconstitucionalidade das decisões. Nós não tivemos isso. Ao contrário, a gente tinha toda a força. Depois não, depois o CNMP conseguiu se estabilizar. Hoje tem um trabalho intenso e uma força muito grande. Então hoje há uma interlocução tranquila.

Tânia Rangel - Como era o trabalho do Corregedor Nacional de Justiça? A gente sabe que nesse primeiro momento era muito, a infraestrutura era muito pouca. Ele acabou por ser do STJ¹², trazendo funcionários do STJ também para trabalhar ali com ele, mas se comparamos a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça da primeira gestão com a que foi feita duas, três gestões depois, seja do ministro [Gilson Langaro] Dipp, seja da Ministra Eliana [Calmon Alves], a gente vê que fica... Não falaria uma defasagem, mas uma diferença. Percebemos diferenças muito grandes.

Ruth Carvalho - Com certeza, com certeza.

Tânia Rangel - Isso, a senhora acredita que seja por uma questão da personalidade do corregedor ou por ser o início do trabalho da Corregedoria? Como a senhora vê isso?

Ruth Carvalho - Personalidade do corregedor é muito importante. Ele implementa uma cultura na Corregedoria. E há uma diferença grande do Dipp, por exemplo, para o Antônio [Sérvulo dos Santos]. Mas acho que a falta de estrutura também, e a insegurança de limites também, a própria Corregedoria não conhecia bem os limites de atuação. O cidadão exigia que ela não fosse supletiva, que ela tomasse as iniciativas, e muita gente muitas vezes se chocava com a iniciativa das

¹¹ Conselho Nacional do Ministério Público.

¹² Superior Tribunal de Justiça.

corregedorias estaduais. Então essas dificuldades também tolheram, essa indefinição de limites também tolheu. A falta de estrutura tolheu também e a personalidade também, porque a liderança, ela muda um pouco a atuação.

Tânia Rangel - E houve mudança também na liderança do CNJ quando a gente passa do ministro Jobim para a ministra Ellen [Gracie Northfleet]?

Ruth Carvalho - Houve. A ministra Ellen era muito firme, muito culta, muito firme, menos ditatorial, porque o Jobim, até internamente, às vezes a gente tinha que [risos] fazer uma pressão. Eu, principalmente, por ser Ministério Público, e ele costumava muito brincar com mineiro, com o perfil do mineiro, eu às vezes tinha que bater um pouquinho de frente para conseguir discutir meus votos.

Tânia Rangel - A senhora se lembra de algum especial, assim para ilustrar, para a gente ter um...

Ruth Carvalho - Ah, acumulação, por exemplo, do subsídio com a pensão por morte.

Tânia Rangel - Ah, ele não queria?

Ruth Carvalho - Não. Ele queria que não fosse possível acumular. E às vezes você tinha que usar umas artimanhas, levar certo tipo de voto quando ele não presidia, quando ele era substituído, [risos] mas isso tudo valia, não é. Porque ele era um pouco ditatorial até, é o perfil dele, não é, até internamente.

Leandro Molhano - Que tipo ele faz do mineiro? De conciliador?

Ruth Carvalho - Ele achava o mineiro um pouco...

Tânia Rangel - É, porque todos nós somos mineiros. [risos]

Ruth Carvalho - Um pouco frágil nas iniciativas, e tive que mostrar para ele que, com toda a tranquilidade, a fragilidade não existia. E ele fazia brincadeiras sobre mineiro, piadas, um dia tive que lembrar que a esposa dele era, e... Sabe? Fazer até às vezes umas brincadeiras um pouco... E eu tinha que lembrar firmemente que aquilo ali se referia não a mim. [risos] Mas a Ellen, não. A Ellen, apesar de muito firme, muito firme, uma postura muito firme, ela era mais acessível. Ela ouvia mais

o Conselho. Mas dentro do Supremo, exatamente por esse jeito dela, mais acessível, ela não tinha às vezes o poder do Jobim, porque o Jobim lá também conseguia ser ditatorial, muitas vezes. Então eram perfis muito diferentes e houve uma mudança, sim. Mas nenhuma queda de produtividade.

Tânia Rangel - Nesses dois primeiros anos do CNJ, quais foram as principais decisões, os principais desafios que o CNJ encontrou? Na sua opinião.

Ruth Carvalho - Acho que os dois que já citei, porque eles eram indigestos para a magistratura e tinham que ser atacados num primeiro momento.

Tânia Rangel – Estamos falando do nepotismo e do teto?

Ruth Carvalho - Nepotismo e o teto, que era a fixação de subsídio. E anotei aqui ainda a promoção de magistrados, que também nós tivemos muito trabalho. A promoção não tinha critérios de merecimento, de antiguidade eram fixados, mas não havia critérios de merecimento. Ou adotava-se só o de antiguidade ou o de merecimento era deturpado pela antiguidade ou por conhecimento dos desembargadores que votavam com o juiz pretendente. E os critérios eram muito indecisos. E foram fixados critérios, foram discutidos critérios. Isso foi um trabalho intenso e acho que muito valioso do primeiro momento.

Leandro Molhano - E como essa resistência dos magistrados se dava? Além dos tribunais, as associações também faziam algum tipo de pressão?

Ruth Carvalho - Nós tínhamos um apoio muito grande da Associação dos Magistrados¹³, porque ela era muito sustentada, muito apoiada pelos magistrados de primeiro grau. Os de segundo pouco se ligavam às associações. E a nossa resistência em todas essas matérias foi maior no segundo grau, até promoção, que eram os magistrados de segundo grau que votavam. E muitas vezes rebelavam-se os de primeiro grau porque eles não concordavam com aqueles critérios.

Tânia Rangel - Então na verdade o CNJ, num primeiro momento, dentro do Poder Judiciário, ele começa com decisões para as quais encontra legitimidade principalmente na magistratura de Primeira Instância?

Ruth Carvalho - De primeira, é, exatamente, de primeiro grau.

¹³ Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Tânia Rangel - E a de segunda, apesar de ser menor, é a que decide, não é?

Ruth Carvalho - Que a maior parte das vezes decidia, recursos e tudo mais. Administrativamente, elas eram o poder maior da magistratura. E isso também causou esse problema, porque eles também passaram a ter um controle administrativo que... O segundo grau era o controle administrativo dos tribunais.

Tânia Rangel - Eles passaram não só a ter que responder a um controle como ainda a ser contrariados.

Ruth Carvalho - Mudar os seus conceitos e a sua atuação, e ainda se sujeitar a uma fiscalização, não é? Acho que esse primeiro momento foi muito difícil por essas circunstâncias. O CNJ pôde administrar pouco, porque ele tinha muita coisa para reformar. Hoje, com a estrutura que tem, com a experiência que tem, com as definições de atribuições que tem, e já passado esse momento conflitante, o CNJ pode atuar na parte administrativa. Ele pode criar metas, pode conferir metas, tem projetos, ele tem projetos específicos em cada área de atuação, então hoje ele pode agir administrativamente mesmo. Hoje ele é um criador, renovador, administrativamente, dos tribunais, que a gente não teve muito tempo de ser, nem muita possibilidade de ser.

Tânia Rangel - É, porque num primeiro momento, até a segunda resolução, é a própria criação do regimento interno.

Ruth Carvalho - Começou por aí, nós não tínhamos um regimento. Depois, dentro desse regimento confrontavam-se os limites, onde definir. Depois se foram fixando as resoluções, criando, mas até elas mesmas tinham que ser votadas normalmente porque a gente recebia um caso: “Puxa, e aqui? Não, aqui a resolução não seguiu o direito, a justiça. Seguiu a lei pura e seca.” Então...

Tânia Rangel - E como fica também, porque na primeira gestão o CNJ recebe uma... Não sei nem se posso falar isso, denúncia, mas enfim. Um processo contra um ministro do STJ, que estava envolvido, enfim, no escândalo dos bingos. Lá do Rio, do TRF¹⁴. E o ministro [Antônio de] Pádua [Ribeiro], por ser colega de tribunal, se dá como impedido. Como o CNJ... Houve uma discussão dessa sensibilidade por vocês, e como...?

¹⁴ Tribunal Regional Federal.

Ruth Carvalho - Houve, houve e havia, não é. Depois, não foi um caso único, e a decisão era sempre da investigação e sem...

Tânia Rangel - Não havia pressão do tipo “vamos tentar...”

Ruth Carvalho - Não, não. Lógico que você recebia alguns contatos. Mas esse primeiro grupo não se deixava... Por isso que eu disse, o foco. Alguns ali dentro tentavam interceder, sim: “Vamos com calma, não é bem por isso, não é por aí, vamos pensar.” Mas a maioria, em geral, decidia pela investigação, pela tomada de providências, era um grupo muito focado. Um grupo em que gostei muito de trabalhar porque era muito harmônico, muito focado.

Tânia Rangel - E pelo fato da composição do CNJ, de a gente ter dentro da magistratura, primeira, segunda e terceira instância, em todas as áreas praticamente, estadual, federal e trabalhista. Acontecia, em alguma sessão, de você ter presenciado um... Por exemplo, um ministro de um Tribunal Superior fazendo pressão num magistrado de segunda ou de primeira instância para que ele o acompanhasse no voto...

Ruth Carvalho - É óbvio, é natural, não é, da pessoa. Porque ela sabe que ela costuma estar acima nas decisões. Então ela já fala um voto tentando se impor pelos argumentos. Mas a nossa magistratura lá, de primeiro grau, não acolhia, não. [risos]

Tânia Rangel - Eles às vezes...

Ruth Carvalho - É, me lembro do Paulo Schmidt, me lembro do Cláudio [Luiz Bueno de Godoy], bem combativos e não aquiesciam, não.

Tânia Rangel - Não faziam isso, não? Ah, que bom. E então não era possível, porque como a gente vê que ficam muito polarizados os interesses da magistratura de primeira instância para os da de segunda, a ideia de que a magistratura votava unida e os outros, que seriam o Ministério Público, a advocacia e os representantes votavam de outra maneira...

Ruth Carvalho - Não, não.

Tânia Rangel - Essa polaridade não acontecia.

Ruth Carvalho - Não, não, a gente sempre contava com os magistrados, ainda que o interesse fosse flagrante do segundo grau. E lógico, os conselheiros às vezes votavam com mais cuidado ou não queriam entrar tanto no âmago da matéria. Mas o primeiro grau estava sempre... Quando era mesmo para decidir, o primeiro grau estava sempre combativo e decidia com a gente. Até porque o Ministério Público, por exemplo, passava muito por aqueles problemas. Então decisão nossa ali também seria espelho para o CNMP, não é? Então nós também tentávamos pensar no Ministério Público precisando daquelas modificações todas.

Tânia Rangel - E como era a interlocução do CNJ com a sociedade? Havia essa preocupação de conversar com a sociedade? Ou de responder à sociedade?

Ruth Carvalho - É, nós tínhamos um contato grande pelos convites de palestra, audiências públicas, éramos convidados para esse trabalho. E a gente procurava fazer esse trabalho, sabe, mostrar para o cidadão que nós tínhamos limites, pelas atribuições, mas que o CNJ pretendia o que eles pretendiam.

Leandro Molhano - E a relação com a imprensa? Era tensa...?

Ruth Carvalho - Não era uma pressão desumana, não. Era uma participação com interesse mesmo de divulgar e de torcer para dar certo. Às vezes criavam-se umas... [risos] uns conflitozinhos, assim, para esquentar a matéria. Mas logo era mostrado que eram conflitos muito pequenos em relação às decisões que eram grandes, os objetivos que eram grandes. Fico muito feliz com essa... Continuei acompanhando, até porque a Adriene continua lá e eu continuo tendo muito contato com ela. E me interessa muito que tanto o CNMP quanto o CNJ cada vez sejam mais fortes nos seus objetivos. Mas acho que essa primeira composição, acho que foi de muito valor, sabe? Acho que cada um deles foi...

Tânia Rangel - Quem deu a primeira cara...

Ruth Carvalho - Foi vitorioso, foi, foi. E só dois foram para segunda, que acho que todos já estavam, assim, satisfeitos com as primeiras soluções.

Tânia Rangel - E recebiam muitos processos nessa primeira composição?

Ruth Carvalho - Tinha um volume muito longo. Um volume muito longo, porque tudo era muito discutido. Então você gastava um tempo grande com o processo para criar um voto. Você não podia buscar jurisprudência em lugar nenhum, você tinha que criar a fundamentação e a decisão. A princípio não tínhamos assessoria para isso, nem para essa pesquisa, tinha que ser nossa. E então o número de processo era bem suficiente para você...

Tânia Rangel - E a senhora acumulou...

Ruth Carvalho - Debruçar.

Tânia Rangel - ... a procuradoria aqui com o CNJ, ficava quanto tempo em Brasília? Como era esse dia a dia?

Ruth Carvalho - Na realidade, eu ficava praticamente de segunda a quinta, lá. Vinha para cá no final de semana. Então eu não acumulava aqui, a dedicação foi exclusiva. Até porque a gente entende que é incompatível. E eu me debruçava lá e vinha... E também foi um dos motivos que me levaram a não me recandidatar, porque o contato com a família era mínimo.

Tânia Rangel - Ficava tudo prejudicado.

Ruth Carvalho - De final de semana.

Tânia Rangel - E com quem a senhora falava no meio dos conselheiros? Com quem a senhora dialogava mais quando estava em Brasília?

Ruth Carvalho - Eu tinha muito contato com a Germana [de Oliveira Moraes], tinha um contato. Tinha muito contato com o Claudio, tinha muito contato com o Alexandre, tinha muito contato com o Paulo. Acho que era com eles que eu mais conversava. Com o Flávio [Dino de Castro e Costa], com ele também conversava muito, mas em especial esses mesmos.

Tânia Rangel - E continua depois da primeira gestão esse contato? Assim, lógico que não tanto, porque hoje não tem a...

Ruth Carvalho - Hoje é raro o contato. Já fui a uma solenidade do Conselho Nacional, encontrei quatro, lá, mas os outros não puderam ir. Hoje esse contato é mais raro, bem mais raro. Lamentavelmente, porque...

Tânia Rangel - E, já para a gente encerrar, fazendo uma análise do que que é o CNJ hoje, como a senhora o vê hoje?

Ruth Carvalho - Hoje é um órgão importante de administração. Não mais de reforma, porque as políticas adotadas já dão um excelente resultado. É um órgão que cria projetos muito importantes para a magistratura, que cobra resultados. Acho que o CNJ hoje tem a sua função essencial, ela é bem definida e objetiva. O que nós, por todos os percalços e necessidades iniciais, matérias iniciais, não conseguimos chegar nesse foco. Não tínhamos estrutura e precisávamos de matérias antes, definir matérias antes para chegar nessa parte. Hoje ele pode se dedicar à parte administrativa, que acho que é o foco principal do CNJ.

Leandro Molhano - A senhora acha que a resistência a ele já não existe mais? Ou está muito reduzida?

Ruth Carvalho - Hoje acho que a resistência a ele é de quem realmente não quer se integrar numa política resolutiva, numa política de um Judiciário atuante. Sabe, hoje acho que quem não se submete a isso, não é uma submissão que tira a independência ou a autonomia, mas uma submissão organizacional. Porque você, em toda instituição, tem aquela organização que move. Acho que lá é o ápice dessa organização. Então quem hoje não se submete, se rebela, acho que é quem não tem esse espírito de instituição, esse...

Tânia Rangel - Por mim estou satisfeita.

Leandro Molhano - Eu também.

Tânia Rangel - Dra. Ruth, muito obrigada, foi um prazer.

Ruth Carvalho - Eu que agradeço, obrigada. Espero ter contribuído.

Leandro Molhano - Muito.

Tânia Rangel - Bastante.

Leandro Molhano - Obrigado.